

**Pauta da 14ª Reunião Ordinária da Plenária – 2023**

**Data: 17 de maio de 2023**

**I-Leitura;**

**II-Informes;**

**III-Ordem do dia: Debate sobre Decreto Nº 36.309/23 com a participação da Gerencia de Educação Especial – GEE.**

**IV – Palavra Facultada**

**Ata da 14ª Reunião Ordinária Plenária – 2023**

2 Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, na Sede do Conselho  
3 Municipal de Educação do Recife, na Av. Visconde de Suassuna, 141, Santo amaro, as  
4 onze horas da manhã. Os conselheiros, Ana Paula de Oliveira Tavares, presidente; Alíria  
5 Thaisa Monteiro Costa; Amanda Gomes Duarte; Elaine Oliveira dos Santos; Fernando José  
6 Félix da Silva; Francisco Soares de Santana; Guilherme Maciel; Isaac Machado de Oliveira;  
7 José de Souza Ferraz Neto; Josineide Antônia da Silva Melo; Marcelo Augusto Dantas;  
8 Maria Auxiliadora Leal Campos; Maria da Conceição Lima da Silva; Mônica Barbosa da  
9 Silva e Wallace Melo Gonçalves Barbosa. Justificada as faltas dos conselheiros: Andréa  
10 Cardoso Lopes, motivos de saúde; Ana Lucia do Rego Ferreira, motivo de ordem pessoal;  
11 Viviane Cristina de Lima Freitas, por motivo profissional. **Ordem do dia.** A presidente iniciou  
12 agradecendo a presença da convidada Adilza Gomes, gerente da GEE – Gerência de  
13 Educação Especial. Perguntou aos conselheiros se estavam de acordo em inverter o rito  
14 oficial da reunião e iniciando com a pauta do dia, prestigiando a presença da convidada.  
15 Todos concordaram. A pauta sobre o Decreto 36.309/23, informou a presidente a Adilza,  
16 que já houve o pleno com a presença dos AADEEs, foram ouvidas suas inquietações e  
17 também o ponto de vista enquanto servidores da educação na perspectiva da educação  
18 inclusiva. Então foi sugerido que a GEE fosse convidada para esclarecer as questões sobre  
19 o decreto. Após sua fala a presidente passou a palavra para a Gerente. Adilza  
20 primeiramente se apresentou para todos, e antes de iniciar falando do decreto, esclareceu  
21 que a GEE é pedagógica. Enfatizou que está dentro do escopo da Secretaria Executiva de  
22 Gestão Pedagógica, mas que trabalham em conjunto com os demais setores e secretarias.  
23 Com relação ao Decreto 36.309/23, explicou que foi uma construção coletiva, pela equipe  
24 da GEE, como professores do AEE, procuradores municipais, a equipe do jurídico, ou seja,  
25 não foi algo aleatório. Foi algo construído por pessoas da área da pedagogia,

26 psicopedagogia, psicologia e de vários outros setores. Foi feita a partir de várias discussões  
27 e momentos de reflexão, não foi de um dia para outro. O embasamento teórico, explicou  
28 Adilza, foram em todas as leis que envolvem a educação inclusiva, da CF – Constituição  
29 Federal, leis estaduais e municipais. Explicou a razão de criar o decreto, pois notaram que  
30 muitas coisas da legislação atual não vinham vigorando na rede municipal de educação do  
31 Recife, se falava muito em inclusão, mas não tinha a realidade da inclusão acontecendo, e  
32 para acontecer é preciso uma normatização. Recife estava com todas as normatizações  
33 vencidas, os transtornos não estavam dentro, não eram contemplados nas instruções. Esse  
34 decreto vem normatizando a função do professor do AEE, mas também dos profissionais  
35 de apoio da educação inclusiva. Adilza solicitou a presidente, que seria importante para ter  
36 falas mais diretas que os conselheiros colocassem suas dúvidas para que pudesse ser  
37 mais assertiva nas respostas. Ficará mais fácil e objetivo. A presidente concordou com a  
38 sugestão e iniciou as inscrições. Iniciando pelo conselheiro Isaac. Trouxe ao conhecimento  
39 da convidada a dificuldade das famílias de ter acesso a GEE e perguntou qual a política  
40 específica da prefeitura para os estudantes autistas e qual o quantitativo de alunos com  
41 essa deficiência. A conselheira Alíria, falou resumidamente sobre algumas leis que muitas  
42 vezes estão mortas principalmente quando se trata de pessoas com deficiência, e pontuou  
43 que é uma prioridade absoluta. Fez novamente algumas perguntas que trouxe na reunião  
44 onde houve a participação do AADEEs. Foram elas: o núcleo foi criado quando? Quem  
45 compõe esse núcleo? Por que os educandos foram já encaminhados aos profissionais sem  
46 o nivelamento (segundo os profissionais)? Como está sendo feito esse acompanhamento,  
47 a atuação em cada unidade para fazer esse nivelamento? Foram estes os questionamentos  
48 e assim finalizou sua fala. O conselheiro Marcelo, agradeceu a presença da convidada, e  
49 colocou como é importante recebe-la para ouvir falar sobre as ações da educação inclusiva.  
50 Começou parabenizando pelo seminário que será promovido pela GEE, com tema:  
51 Barreiras atitudinais, os impedimentos para participação dos estudantes com TEA, por que  
52 eles ainda existem? Voltada para os profissionais de educação. Agradeceu a iniciativa e o  
53 convite para participar. A pergunta que fez foi um ponto específico, sobre o art 1º e 2º, sobre  
54 o inciso 4º do art 2º, como tem sido feito o processo de assegurar a continuidade dos  
55 estudos desses estudantes nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino? Perguntou  
56 porque sabe que é um desafio, considerando que a rede de Recife é uma referência na  
57 região metropolitana, para o atendimento educacional especializado. E sabe da dificuldade  
58 de realizar o encaminhamento para rede estadual, por exemplo, dentro de sua etapa e do  
59 seu nível, de maneira adequada. O conselheiro Francisco fez um resgate sobre a prefeitura  
60 de Fortaleza de implantar nas unidades de educação infantil, junto com a saúde, são

61 chamadas UAPI, Fortaleza foi pioneira, fez um trabalho de rede na intenção de um trabalho  
62 de excelência no atendimento a primeira infância. E agora Recife está tentando implantar  
63 as UAPIs, no momento são três unidades, estão trabalhando para conseguir o selo da  
64 UNICEF, estão realizando um belo trabalho. Mas um dos impedimentos no momento, é  
65 justamente ausência de um atendimento pleno na educação inclusiva, mas não é por falta  
66 de vontade das gestoras, mas sim uma falha de rede. Serão aprovadas, mas com  
67 ressalvas. A presidente, trouxe na sua fala preocupações não só com os estudantes, mas  
68 também com os servidores, como gestão de pessoas e também a frente do programa bem  
69 estar, ter esse olhar especial para cada servidor e suas dificuldades. Respeitar todos, tendo  
70 laudo ou não. Após todos os questionamentos deixados pelos conselheiros, Adilza iniciou  
71 sua fala pelas pontuações de Isaac. Informou que muitas famílias não aceitam que as  
72 orientações sejam da forma que foi pensada, continuam na intenção de querer uma pessoa  
73 para cada um de seus filhos, mas isso não é constitucionalmente reconhecido, pois os  
74 alunos tem direito ao apoio quando necessário. Quem diz é a equipe pedagógica. É preciso  
75 entender que as crianças precisam ter autonomia e ter independência, em nenhum  
76 momento o decreto diz que as crianças irão ficar sozinhas, mas sim avaliar se a sua  
77 condição e necessidade específica e quando for necessário ter esse apoio, ora  
78 compartilhado ora individual. Esse nível de suporte ele é aliado através de vários aspectos  
79 que foi pensado e registrado em fichas avaliativas através de observação dos estudantes,  
80 entrevista com a família, com os professores, entrevista com professor de AEE e algumas  
81 atividades feitas com os estudantes para registrar sua atuação. Muitas pessoas não  
82 entenderam que o decreto não traz uma camisa de força. Era preciso um norte, de uma  
83 instrução normativa, um documento que organizasse essa forma de atendimento. Quanto  
84 a número de estudantes com deficiência a rede tem 6.225 e desses mais de 3000 estão  
85 sinalizados como estudantes com TEA. Se cada estudante tiver um apoio teremos mais  
86 apoio do que estudante e isso não é possível. Mas depende do nível do suporte que ele  
87 estiver apresentando naquele momento, nada no decreto é para sempre e sim quando  
88 necessário. Avaliação será periódica quanto a categorização e necessidade do estudante.  
89 Quanto as matrículas quem está à frente é a SIORE, e o setor diz onde tem vaga, não é a  
90 GEE que cuida, não tem a competência, o poder de fazer matrículas. Outro ponto foi o  
91 esclarecimento sobre a formação dos AADEEs que estão sendo contratados, antes de ir  
92 para as escolas passam por formação e orientação sobre primeiros socorros, como cuidar,  
93 o que fazer e o que não fazer. Existe a formação inicial e as periódicas. Pontuou que talvez  
94 não estejamos prontos nunca, pois estamos em constante aprendizado, mas estarão  
95 sempre em formações e atualizações. Falou também sobre o Recife considerar TDAH e TA

96 como público da educação inclusiva, de forma como hoje essas crianças são atendidas  
97 pelo AEE ou em salas de recursos. Adilza explicou sobre a questão de um grupo de  
98 AADDEs que foram direcionados de uma forma equivocada as escolas, pois direcionou o  
99 apoio para um estudante, e o que acontece que se o servidor tem algum problema e precisa  
100 se ausentar, em algumas situações o que acontecia? Muitos dos profissionais que foi pro  
101 estudante específico, ele não ficava com outro, e ficava ocioso. O profissional ele deve ser  
102 encaminhado a escola e não a um aluno específico. Então nessa seleção de recém  
103 contratados, podem ser compartilhados. É um compartilhamento de acordo com o nível da  
104 necessidade específica que a criança traz. E se a criança for de nível leve, elas só precisam  
105 de uma ajuda nas atividades escolares, não é preciso colocar um para um, pois elas têm  
106 autonomia, mas precisam de auxílio pedagógico. E no decreto diz que pode ser até 8  
107 crianças quando é nível leve, então 4 em um turno e 4 no outro, vendo a necessidade e os  
108 casos. A convidada pontuou também que o primeiro órgão que convidou para explicar o  
109 decreto foi o CME. Continuou esclarecendo as dúvidas trazidas pelos conselheiros. Sobre  
110 quem são os profissionais e quando o núcleo foi criado. Foi criado de forma experimental  
111 em outubro, em fevereiro foi organizado de forma institucional, depois do decreto oficial.  
112 Esse núcleo é composto por técnicas da GEE, e dentro do decreto diz que teremos  
113 profissionais específicos. São psicólogas, fisioterapeutas, fonoaudiólogas e ainda o suporte  
114 da **APAIE, do SEVAC, do Instituto dos Cegos, da Fundação Altino Ventura e do Projeto**  
115 **Guri**. São parceiros de convênio da SEDUC, então aqueles alunos que precisar de um olhar  
116 a mais para avaliar, a rede conta com as instituições parceiras. Informou que no dia de hoje,  
117 50 profissionais do AEE estão sendo chamados e estão trabalhando para que mais 200  
118 sejam convocados, pontuou que ainda não é o ideal, mas já é um avanço. Sobre a fala de  
119 Marcelo sobre o Seminário de Educação inclusiva que será dia 24 e 25 de maio, serão 500  
120 vagas, na EFER, as inscrições serão pelo Gestor em Rede. Além das palestras haverá  
121 também socialização de experiências, professoras mostrando seus trabalhos junto aos  
122 estudantes. Também explicou a questão da inclusão dos alunos no estado, sempre é  
123 ofertado uma adaptação para que a professora do AEE consiga fazer uma conversa com a  
124 professora do estado, mesmo não sendo mais responsabilidade do município enxergam  
125 como responsabilidade social, é feito uma articulação com a escola que receberá o  
126 estudante. No intuito de receber sabendo as habilidades e aptidões, não só os problemas  
127 dos estudantes. O que acontece em algumas escolas, normalizar o estudante com  
128 deficiência, querer que qualquer jovem seja adequado a escola e não a escola se adequar  
129 ao estudante. Resgatou também o questionamento de Francisco sobre a questão da saúde  
130 nas escolas, essa articulação seria perfeita. Mas infelizmente a saúde não consegue

131 atender sua própria demanda nos postos. Mas segundo a convidada, seria um sonho  
132 conseguir essa interação, principalmente porque a educação sozinha não consegue dar  
133 conta. Quanto as 3 unidades candidatas ao selo UNICEF, já estão indicadas para GGGP  
134 como prioridade para lotação. Para concluir, sobre o programa bem estar, que a presidente  
135 trouxe na pauta, Adilza enfatizou que as pessoas que a vida inteira tinha os transtornos e  
136 não foram diagnosticados na idade porque não existia esse conhecimento de hoje, então é  
137 nítido a quantidade de pessoas que após consultas, saem análises com laudo de vários  
138 transtornos. Inclusive boa parte de sua equipe hoje é de readaptados, e todos muito  
139 competentes, são estudiosos da educação, com diversas especializações, mestrado e  
140 doutorado. Uma equipe que sabe o que está fazendo e entende na deficiência o que é o  
141 dia a dia. Avaliou que é preciso melhorar, mas entre as capitais, Recife tem o que nenhuma  
142 tem. Reforçou a importância de não chamar de normais ou especiais, são pessoas com  
143 deficiência, estudantes com deficiência, porque especial são todas as pessoas. Os  
144 conselheiros pediram para fazer novos destaques a partir das falas da convidada. A  
145 conselheira Alíria falou um pouco sobre sua realidade, sobre ter quatro crianças com  
146 deficiência e nivelamento diferentes, em sua sala. Não conseguiam realizar atividades pois  
147 apesar do diagnóstico dos quatro ser de TEA mas com níveis diferentes de  
148 comprometimento. Pontuou a importância de entender a dinâmica de cada turma e que  
149 mesmo numa sala regular existe a dificuldade. A convidada informou que a partir das  
150 avaliações que o núcleo está realizando possa ser que a turma receba novos AADEEs. O  
151 conselheiro Isaac, falou como membro do Conselho Estadual de Saúde e informou que o  
152 Estado está criando um protocolo para atendimento de crianças com TEA. O conselheiro  
153 Neto, falou sobre o quantitativo de mais de 3000 crianças com TEA, perguntou dessas  
154 quanto percentualmente quantas estão sendo atendidas e quantas estão esperando  
155 profissional? A conselheira Amanda, questionou sobre os estagiários participarem de  
156 formações. Pois a conselheira informou que é estagiária da rede, solicitou em sua fala que  
157 os estagiários tenham mais oportunidades de formação, oficinas, pois é muito desafiador  
158 estar no dia a dia com as crianças. O conselheiro Wallace, achou muito pertinente trazer a  
159 discussão sobre a questão da inclusão, pois se trata da contemporaneidade, não se resume  
160 apenas à educação, mas dos diversos segmentos, faz parte da civilização. Ressaltou a  
161 necessidade de se preocupar com a realidade do presente e não de um futuro. Não apenas  
162 construir escolas inclusivas, mas fazer agora escolas inclusivas. O que vale para o  
163 conselheiro é principalmente humanizar as relações, a educação é se preocupar com as  
164 relações humanas e não só se preocupar com as expectativas de aprendizagem. E trouxe  
165 a fala da convidada sobre ressaltar as potencialidades do estudante, inverter a pauta do

166 processo onde só fala dos problemas e dificuldades do aluno, falou ser algo revolucionário  
167 esse olhar. Adilza informou que as avaliações não são só de grupos 4 e 5, mas sim de todos  
168 os grupos. O que a preocupa é o quantitativo adulto/criança independente da deficiência, e  
169 como funcionária da rede acredita que precisamos de mais profissionais sim. A convidada  
170 quis registrar que não somos uma ilha, que a educação sozinha não anda. Precisamos  
171 andar junto com as outras secretarias, saúde, assistência social. Explicou que o objetivo é  
172 criar soluções, abrir caminhos e principalmente respeitar a todos. Sobre a fala do  
173 conselheiro Neto, deixou claro que todos os alunos são atendidos porque estão dentro das  
174 escolas. O que eles precisam é uma complementação dentro do AEE e dentro desses quem  
175 precisa de apoio, que estão categorizados como quem precisam de apoio individual ou de  
176 forma compartilhada. Pontuou também a conquista em se ter formação para os estagiários,  
177 o primeiro foi um acolhimento, mas haverá outras específicas. Pois entendem que os  
178 estagiários são tão importantes quanto professores, adis, aadees. Quem cuida precisa ser  
179 cuidado. Para finalizar sua fala, agradeceu pelo convite, a equipe da GEE está sempre de  
180 braços abertos para receber, uma equipe de inclusão e inclusiva. O conselheiro Isaac, como  
181 coordenador da comissão executiva do conselho municipal do recife, convidou Adilza para  
182 ir ao CMS para falar de todas as dificuldades que a educação encontra. Então iria para  
183 comissão executiva para tirar as dúvidas e ser feito um documento com possíveis soluções  
184 quanto a saúde. Adilza achou uma excelente proposta pois a ideia é juntar forças. A  
185 presidente reforçou todas as falas, falando como é importante estar no caminho de  
186 encontrar uma educação de qualidade, democrática. Observou as falas de todos os  
187 conselheiros durante o pleno, e valorizou cada ponto abordado por todos. Agradeceu a  
188 convidada Adilza pela presença, por trazer tantas informações importantes sobre o decreto  
189 e também sobre a realidade da rede. **Palavra Facultada.** Sobre a bicameral que foi  
190 decidida para o dia 31 de maio, não será possível para a CEF pois segundo o Isaac já tem  
191 uma agenda fechada. A presidente sugeriu então que fosse marcada outra extraordinária  
192 para que a formação aconteça para as duas câmaras, e no pleno seguinte a data seria  
193 decidida. Sugestão aceita por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a presidente  
194 do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e  
195 eu, Paula Emanuelle de Lima Silva, secretária desta reunião plenária, lavrei a seguinte a  
196 ata, que vai por mim assinada e pelos demais presentes.